XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

O LUGAR DA MULHER NA MARINHA DO BRASIL: DESIGUALDADES NA VILA NAVAL DO RECIFE

Tânia Dias

tanialfdias@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco

Brasil

Fernanda Fonseca

fnscfernanda@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco

Brasil

Lucas Pereira Marroquim

lukasmarroquim@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco

Brasil

RESUMEN

Desde pequenas, as crianças são socializadas através de uma distinção entre meninos e meninas, em que são atribuídas características aos sexos que restringe o que cada um pode ou não fazer. Através dessas características vistas como "naturais" de cada sexo, socialmente são distribuídas atividades vistas como "de homens" e "de mulheres", constituindo o que autoras como Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), chamam de divisão sexual do trabalho. Assim, os homens ficam responsáveis pela produção e as mulheres pela reprodução da sociedade, sendo as atividades dos homens dotadas de valor, prestígio social, e maior remuneração, e as das mulheres de pouco prestígio, sendo, muitas vezes, até mesmo não reconhecidas, como é o caso do trabalho doméstico (Hirata; Kergoat, 2007). Nas Forças Armadas, tais relações sociais e de desigualdades também aparecem, por se apresentar enquanto um espaço de dominação, se levado em consideração o longo período em que se caracterizou como um lugar totalmente voltado para os homens e a inserção das mulheres ter ocorrido, no Brasil, apenas a partir dos anos de 1980. Ocorrendo além de maneira tardia, não obrigatória como no caso dos homens, e sem considerar as mulheres capazes de desempenhar todas as atividades. Mas sim para livrar os homens de tarefas voltadas para a "reprodução" da sociedade, como em hospitais, ligadas ao cuidado, em espaços administrativos, etc. Considera-se, também, a não obrigatoriedade do alistamento militar para as mulheres como um reforço à ideia de mulheres como força de trabalho reserva nas Forças Armadas. Além da situação da mulher enquanto militar, é importante analisar a realidade das "esposas" dos militares, que na maioria das vezes não conseguem se integrar ao mercado de trabalho e, além de oprimidas pelo fato de serem mulheres, tal opressão é agravada por serem mulheres civis, uma vez que "a mensagem que se transmite é a de que em geral os militares são não apenas diferentes dos civis, mas também, melhores: uma elite, fundada sobre princípios éticos e morais corretos e sãos" (Castro, 1993, p.230). Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar as desigualdades entre homens e mulheres na Vila Naval do Recife e seus reflexos na vida das mulheres. Para obtenção de tal objetivo, se desenvolveu entrevistas com moradores de 77 casas das 111 existentes na Vila Naval do Recife,

ABSTRACT

Since little, children are socialized through a distiction between boys and girls, which are attributed characteristics to the sexes that restricts what each on can or can not do. Through these characteristics seen as “naturals” of each sex, socially are distributed activities seen as “men’s” and “women’s”, building what authors like Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), call it sex labor division. Thus, men are responsable for the production and the women for the society’s reproduction, being the men activities endowed with value, social prestige, and higher remuneration, and women’s with little prestige and are often not recognized, as is the case with domestic work as is the case with domestic work (Hirata; Kergoat, 2007). In the Armed Forces, such social relations and inequalities also appear, for presenting itself as a space of domination, taking into account the long period in which it has been characterized as a place totally aimed at men and the women’s insertion ocurred, in Brazil, only in the 1980s. Occurring in a late manner, not obligatory as in the case of men and without consider women able to perform all activities. But to rid men of tasks aimed at the "reproduction" of society, as in hospitals, linked to care, in administrative spaces etc. It is also considered the non-compulsory military enlistment for women as a reinforcement to the idea of women as a reserve work force in the Armed Forces. Beyond the women’s situation as military, it is important to analyze the "wives’" military reality, which most of the time can not integrate into the labor Market and, beyond being oppressed by the fact that they are women, such oppression is aggravated by being civilian women, once “the message is that in general the military is not only different from civilians, but also, better: an elite. founded on correct and healthy ethical and moral principles” (Castro, 1993, p.230). Thus, the present essay aims to analyze the inequalities between men and women in the Vila Naval do Recife and their reflexes in women’s lifes. To achieve this objective, interviews were developed with residents of 77 houses from the 111 existing ones in the Naval Village of Recife, Navy’s space destined to shelter military personnel and their relatives transferred from other states.

Palabras clave

relações sociais de sexo; divisão sexual do trabalho; Forças Armadas.

Keywords

social sex relations; sex labor division; Armed Forces

I. Introducción

A desigualdade entre homens e mulheres faz parte da construção histórica, social e cultural da sociedade. Mesmo com todo o avanço do movimento feminista, essas heranças ainda têm sérias implicações na vida das mulheres variadas esferas, da pública à privada. Desde pequenas, as crianças são socializadas através de uma distinção entre meninos e meninas, em que são atribuídas características aos sexos e definidos o que cada um pode ou não fazer. Através dessas características vistas como "naturais" de cada sexo, são distribuídas atividades vistas como "de homens" e "de mulheres", e constituem a chamada divisão sexual do trabalho que se baseia nas relações sociais de sexo (Hirata; Kergoat, 2007). A partir dessa distinção, os homens ficam responsáveis pela produção e as mulheres pela reprodução da sociedade, sendo as atividades dos homens dotadas de maior valor e prestígio social, assim como de maior remuneração e as das mulheres de pouco prestígio, sendo, muitas vezes, até mesmo não reconhecidas, como é o caso do trabalho doméstico (*ibidem*).

Nas Forças Armadas no Brasil, tais relações sociais e de desigualdades também aparecem, por se apresentar como um espaço de dominação majoritariamente masculino, se levado em consideração o longo período em que se caracterizou como um lugar totalmente voltado para os homens e a inserção das mulheres ter ocorrido apenas a partir de 1980. Essa admissão porém, ocorreu além de tardia, não obrigatória, como no caso dos homens, sem considerar as mulheres capazes de desempenhar as atividades designadas para os homens e sim para livrá-los de atividades voltadas para a "reprodução" da sociedade, ou seja, dentro de hospitais, ligadas ao cuidado, em espaços administrativos, etc. Considerando-se, também, a não obrigatoriedade do alistamento militar para as mulheres como um reforço à ideia de mulheres como força de trabalho reserva nas Forças Armadas.

Além da mulher, enquanto militar, é importante analisar a realidade das "esposas" dos militares, mulheres que na maioria das situações não conseguem se integrar ao mercado de trabalho e, além de oprimidas pelo fato de serem mulheres, tal opressão é agravada por serem mulheres civis, uma vez que, "a mensagem que se transmite é a de que em geral os militares são não apenas diferentes dos civis, mas também, melhores: uma elite, fundada sobre princípios éticos e morais corretos e sãos" (Castro, 1993, p.230).

A desigualdade entre homens e mulheres não é exclusiva ao âmbito militar, mas se configura como realidade presente nos diversos espaços nos quais as mulheres estão inseridas. As chamadas feministas marxistas entendem a mulher (através da divisão sexual do trabalho) como uma importante força de trabalho reserva ao modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, uma emancipação das mulheres vai de encontro aos interesses do modo de produção, uma vez que são essenciais no processo de acumulação da mais-valia (Rubin, 1993). E as Forças Armadas também estão inseridas em uma estrutura capitalista, de modo que os interesses do modo de produção em obtenção de lucro, prejudicam o desenvolvimento de conquistas que visam a emancipação das mulheres frente à desigualdade, de modo que a invisibilidade das mulheres exploradas e oprimidas seja importante para manutenção da ordem capitalista vigente.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar e interpretar as desigualdades entre homens e mulheres na Vila Naval do Recife e o que diz respeito aos seus reflexos na vida das mulheres.

II. Marco teórico/marco conceptual

Na chamada segunda onda do feminismo[1], iniciada no final de 1960, o feminismo acadêmico se fortaleceu, voltando-se para a construção de teorias feministas que se preocuparam em explicar o motivo da opressão das mulheres. Entre tais estudos desenvolveu-se o que se entende por feminismo materialista. Tais teóricas, se baseam no materialismo histórico e buscam "localizar a opressão das mulheres no coração da dinâmica capitalista, ao apontar a relação entre o trabalho doméstico e a reprodução da força de trabalho" (Rubin, 1993, p.3). Parte-se do pressuposto de que as relações sociais são baseadas em práticas sociais permeadas por relações assimétricas de poder. Nesse sentido, as relações entre homens e mulheres (relações sociais de sexo), não estariam exclusas dessa lógica organizacional (Kergoat, 2010).

As relações sociais de sexo têm como base material a divisão sexual do trabalho, que se categoriza através da distinção dos trabalhos entre homens, responsáveis por atividades voltadas à esfera produtiva e de maior valor social como políticas, religiosas, militares, etc.; e mulheres, ligadas à esfera reprodutiva (Kergoat, 2009). Os princípios da divisão sexual do trabalho são a separação, na qual são designadas as tarefas respectivas vistas como para os homens ou para as mulheres e a hierarquização, que define a superioridade do trabalho realizado pelos homens (*ibidem*). Embora o trabalho reprodutivo não seja reconhecido e valorizado, é essencial ao processo de acumulação de mais-valia, uma vez que através dele o trabalhador tem possibilidade de se desenvolver enquanto ser humano. Nesse sentido, a emancipação feminina, não traria benefícios ao capital a partir do momento em que ela remete à ruptura do seu bem mais precioso: a mais-valia do trabalhador (Hirata, 2010).

Dessa forma, o presente trabalho pretende se guiar sob o ponto de vista de tal perspectiva, para que assim possa ser analisada a realidade das mulheres nas Forças Armadas no Brasil, em especial da Marinha em Pernambuco.

[1]Algumas autoras dividem os momentos do movimento feminista em ondas, sendo a primeira da virada do século XIX, marcada por um movimento de mulheres brancas e de classe média, no qual o sufragismo se destacou; a segunda, tendo início a partir de 1960, através do qual o feminismo acadêmico se fortalece, junto a ideia de que as mulheres não são todas iguais, fortalecendo o movimento de mulheres negras, latino-americanas, lésbicas; e a terceira a partir dos anos 1980, com o chamado feminismo transnacional (LOURO, 1998).

O recrutamento no Brasil se dá da seguinte forma: antes da matrícula em escolas militares, os alunos passam por um período de adaptação com objetivo de selecionar os "melhores" candidatos e preparar os indivíduos para a vida militar. Passam por treinamentos, aprendem o regulamento e conhecem a instituição, ao mesmo tempo em que são submetidos a pressões físicas e principalmente psicológicas (Castro, 2004). Desde a formação inicial, aos militares são atribuídos preceitos de disciplina e ordem que os distanciariam dos civis:

> A notícia que eles transmitem é clara: os militares são diferentes dos paisanos. E não apenas diferentes, mas também melhores. São melhores - nessa visão- não por características singulares que os militares tenham ou venham a ter individualmente, mas porque eles- enquanto coletividade, corpo- *viveriam da maneira correta*[2] (Castro, 2004, p.46).

Aos militares são atribuídas características culturalmente entendidas como "masculinas". O que faz com que as Forças Armadas se organizem de maneira mais acentuada, como um ambiente de domínio masculino, uma vez que "constroi-se simbolicamente subordinado a uma especificidade sexual fundamentada no modelo de virilidade" (Almeida, 2008, p.60).

No Brasil, a Constituição de 1988 direciona o país a um Regime Democrático de Direito. Nesse sentido, as mulheres são inseridas nas Forças Armadas em uma conjuntura pós domínio militar, em meio ao fortalecimento de novos atores da sociedade civil e do movimento feminista. Em 1980 a Marinha foi a primeira das três Forças Armadas[3] a admitir a entrada de mulheres em suas fileiras, seguida pela Aeronáutica com o Corpo Feminino da Reserva para suprir as demandas nas áreas técnicas e administrativas e o Exército, última instituição a permitir a entrada de mulheres (D'Araújo, 2004). A admissão das mulheres se deu no intuito de substituir os homens em atividades burocráticas e administrativas - atividades mais simples e de baixo prestígio (Leal e França, 2014), o que adequava-se ao momento de conquistas de direitos e igualdade que pregava a nova Constituição, contribuindo para melhorar a imagem negativa direcionada às Forças Armadas após o período militar (Almeida, 2008), além de que sua entrada contribuiria para a melhoria da imagem de tal ins-

[2] Grifos do autor.
[3] De acordo com Almeida (2008), apesar da Marinha ter sido a primeira das Forças Armadas a admitir mulheres, a Polícia Militar (Força auxiliar) de São Paulo já havia permitido o ingresso de mulheres desde 1970, sendo muitas dessas as integrantes da primeira turma de mulheres da Marinha.

tituição. No entanto, as mulheres não podiam ser combatentes: "Sua única função era a de auxiliar na retaguarda, seja como enfermeira seja como secretária, funções sempre menores do que aquele que comanda, seja o escritório ou o hospital" (Mathias; Adão, 2013, p.152), o que fez com que a participação das mulheres se desse de maneira tímida e limitada, apenas no intuito de liberar os homens de atividades "menos" importantes. As restrições e dificuldades das mulheres em tais instituições (e na sociedade de maneira geral) são justificadas através dos antigos e conhecidos argumentos naturais para as desigualdades. Se às mulheres são atribuídas características naturais como delicadeza, sensibilidade, fragilidade, além do dever natural em cuidar dos filhos e do marido, o surgimento de uma mulher militar põe em contradição características ditas da natureza feminina, como as necessárias para execuções das atividades de um profissional militar.

Se na lógica da divisão sexual do trabalho, os homens saem para trabalhar e as mulheres estariam em casa cuidando dos afazeres domésticos e das crianças, no âmbito militar, enquanto as mulheres estão nos quartéis, ocupando-se de atividades burocráticas, administrativas ou ligadas ao cuidado, os homens estão participando de atividades operativas e se preparando para a guerra:

> As mulheres não deixaram de sofrer discriminação no meio militar, fato esse comprovado pela própria oferta reduzida de vagas, em relação aos homens, nos concursos para exercício na carreira, principalmente para cargos de liderança, e consequentemente um quadro pessoal muito inferior ao dos homens, muito embora a dívida histórica e o débito do passado tenham sido reduzidos (Leal; França, 2014, p. 258).

Mesmo que a legislação tenha possibilitado um maior acesso a armas ou postos, o preconceito, "está igualmente presente na forma como a mulher é vista tanto por seus pares na caserna quanto por seu círculo social e até mesmo por si própria" (Mathias; Adão, 2013, p.152) Em pesquisas sobre o trabalho das mulheres nas Forças Armadas, um dos motivos para a exclusão das mulheres de determinadas atividades se refere ao fato de que elas, socialmente, são vistas como indivíduos que necessitam de proteção (naturalizando, mais uma vez aspectos subjetivos do indivíduo), além de que despertariam o "instinto" (sic) dos homens, por se tratar de um espaço de "solidão" (D'Araújo, 2004).

Atualmente, no Brasil, as mulheres constituem apenas 5% dos militares das Forças Armadas (Anexo A). Na Marinha, de acordo com informações do Centro de Comunicação Social da Marinha[4], as mulheres constituem um efetivo de 6.922, sendo 3.197 Oficiais (formação superior) atuando em diversas áreas.

Nos últimos cinco anos ocorreram maiores conquistas no que se refere à participação das mulheres na Marinha (embora ainda continue sendo limitada), uma vez que em 2012 foi promovida a primeira mulher a cargo de Oficial General das Forças Armadas do Brasil, entretanto, chegou ao posto de Contra-Almirante, como profissional de saúde, de modo que ela não tem a possibilidade de assumir posto de alto comando. Em 2014 foi admitida a primeira turma de Aspirantes femininas da Escola Naval; foram ofertadas 12 vagas, e as selecionadas passarão por quatro anos de preparação, estudando disciplinas nas áreas de Administração, Contabilidade, Finanças, Abastecimento, Logística e Auditoria, etc. Mais uma vez voltadas a atividades burocráticas.

Mesmo ao integrar quadros combatentes, as mulheres continuam sendo designadas a atividades não ligadas diretamente ao combate, o que faz com que não tenham possibilidade de alcançar patentes de comando, mantendo sempre uma relação de dependência aos homens (Mathias; Adão, 2013).

> Em síntese, a entrada das mulheres na caserna, tornando-se profissionais militares, não representou a superação das diferenças de gênero. Ao contrário (...) abrir os quartéis para as mulheres, em especial os brasileiros, foi uma exigência muito mais legal e política que uma reivindicação sociocultural (Mathias; Adão, 2013, p.164).

Assim, o âmbito militar continua sendo reflexo de uma sociedade patriarcal, sendo assim um espaço de dominação masculina, de forma que não deva ser considerada a integração das mulheres nas Forças Armadas como um novo campo de atuação, uma vez que essa inserção foi escassa e direcionada para atividades burocráticas e relacionadas ao cuidado.

[4] Disponível em: http://www.mar.mil.br/hotsites/sala_imprensa/html/mulhermb.html. Acesso em: 21/11/2015.

III.Metodologia

O presente estudo se configurou como uma pesquisa qualitativa, e utilizou de variados procedimentos de natureza exploratória e de investigação dividido em três etapas: a fase exploratória, a pesquisa de campo e a análise e tratamento do material empírico e documental (Minayo, 2010). Partiu-se de procedimentos de análise bibliográficos, considerando a pesquisa bibliográfica como um método de pesquisa que "prevê o levantamento das obras, principalmente livros e artigos científicos, fundamentais para o estudo em questão, a partir das palavras-chaves elencadas como representantes do assunto" (Gaio; Carvalho; Simões, 2008, p.155).

Na pesquisa bibliográfica foram utilizadas como palavras chave relações sociais de sexo, subalternidade das mulheres, divisão sexual do trabalho, patriarcado e Forças Armadas. Foram analisados dados estatísticos resultados de uma pesquisa social institucional realizada pela equipe de Serviço Social da Marinha junto aos moradores da Vila Naval do Recife, de modo que foi possível perceber as condições de vida das mulheres na vida militar e a invisibilidade da situação.

O roteiro de entrevista semiestruturado foi elaborado pela equipe de Serviço Social, uttilizando como itens para análise, dados pessoais do militar, a composição familiar, infraestrutura, renda domiciliar e aspectos de educação, lazer e saúde da família estudada. O universo do presente estudo foi a Vila Naval do Recife, com delineamento espacial de 111 casas, nas quais foram entrevistadas 77.

IV. Análisis y discusión de datos

Dentre a listagem de militares moradores na Vila Naval do Recife, dos 111 endereços, 11 estavam no nome da militar mulher, sendo homens o restante dos proprietários. Entre as 11 militares mulheres residentes na Vila Naval, seis participaram da pesquisa social, ou seja, dentre os 77 entrevistados, as mulheres militares integravam 7,8%, sendo, os homens, uma maioria de 92,2%.

Apesar da diferença entre homens e mulheres ser exorbitante, é importante pontuar que a quantidade de mulheres militares residentes na Vila Naval do Recife é proporcional ao número de mulheres inseridas na Marinha do Brasil e nas demais Forças Armadas, uma vez que também constituem uma minoria em tal espaço sócio-ocupacional (ver Anexo A).

Entre as entrevistadas, encontramos uma capitã tenente, uma primeiro- tenente, uma terceiro-sargento e três cabos, sendo duas oficiais e quatro praças. As duas oficiais e a praça mais antiga possuem pós-graduação e as três praças estavam fazendo graduação. Entre os 71 homens entrevistados, encontramos um capitão-tenente, um primeiro-tenente, quinze sub-oficiais, dezesseis primeiros- sargentos, quatorze segundos-sargentos, quinze terceiros-sargentos e nove cabos, sendo dois oficiais e 69 praças[5]. Entre os homens, apenas oito estavam fazendo faculdade.

Tais informações não se diferenciam da realidade brasileira, em que as mulheres têm maior escolaridade que os homens (Anexo B). A pesar de a especialização de seus integrantes fazer parte dos valores da Marinha, pode-se entender que existe, para as mulheres, uma necessidade maior de se especializarem cada vez mais, em contrapartida ao fato de que para o sexo masculino não existe tanta cobrança, uma vez que são “naturalmente” dotados de características necessárias (e suficientes) ao trabalho de militar e não têm a necessidade de “conquistar” tal espaço.

Como os salários são fixos por graduação, não existe desigualdade entre salários de homens e mulheres, o que muda é a função que cada militar exerce dentro da Organização Militar. Socialmente a diferença se dá na maneira como as relações de sexo se desenvolvem, que faz com que a mulher tenha uma necessidade maior de mostrar “competência” e “esforço”, uma vez que precisa estar reafirmando constantemente sua capacidade de estar inserida em tal espaço de trabalho.

[5] As patentes descritas foram organizadas por ordem de prestígio e antiguidade na Marinha do Brasil.

Em relação às Organizações Militares de Pernambuco, nenhuma das entrevistadas trabalhava na Capitania dos Portos de Pernambuco, organização da Marinha que orienta, coordena e controla as atividades relacionadas à defesa nacional, segurança de navegação e demais atividades próprias da Marinha. Das seis entrevistadas, cinco trabalhavam no Hospital Naval de Recife, e uma na Escola de Aprendizes- Marinheiros de Pernambuco exercendo atividades administrativas. Tais informações mostram que o lugar das mulheres na Marinha (assim como em grande parte da sociedade) continua sendo o mesmo de quando se inseriram na década de 1980, ou seja, em atividades burocráticas e relacionadas ao cuidado (D'Araújo, 2004; Almeida, 2008; Leal e França, 2014).

Das seis militares entrevistadas, quatro eram casadas, uma vivia sob união estável e uma era divorciada. Entre os homens, dois eram solteiros, dois viviam sob união estável e uma maioria de 67 eram casados. A militar divorciada vive apenas com o filho e os dois militares solteiros residem com a mãe. Das mulheres casadas, nenhuma tinha filhos, porém, tanto a divorciada como a que vive em união estável tinham filhos do primeiro casamento. Quanto aos homens, dentre todos os 67 casados e dois que vivem sob união estável, apenas sete não têm filhos de nenhum dos casamentos.

Tal realidade, pode ser explicada pelo fato de que socialmente, às mulheres é atribuído o dever de cuidar da casa, do marido e dos filhos, submetendo-as a uma dupla (ou tripla) jornada de trabalho. No caso dos homens, como não têm obrigações sociais em cuidar da casa e dos filhos, tais condicionantes não interferem na realização de seu trabalho. Pelo contrário, para os homens o casamento torna-se importante uma vez que saem dos cuidados da mãe para os da esposa (Cisne, 2012).

O número escasso de militares mulheres moradoras na Vila pode ser considerado reflexo da pequena inserção das mulheres na Marinha. Os dados apontam para o fato de que a inserção das mulheres no âmbito militar se configura como uma alteração aos padrões, pois mesmo sendo socialmente imposto que a mulher deva casar e ter filhos, a maioria não são mães, e as duas militares que tem filhos não permaneceram casadas. Os homens, por sua vez, permanecem em seu "ambiente natural", o que não altera a configuração normativa de marido, pai e provedor, e, mesmo

quando não casados, continuam sob a responsabilidade do cuidado de suas mães, que são donas de casa, não estando inseridas no mercado formal de trabalho.

Para falar da realidade das "esposas" dos militares, dentre os 71 homens entrevistados, foram considerados além dos 67 casados, os 2 que vivem em união estável, considerando as companheiras suas "esposas", totalizando um número de 69 mulheres. O número de mulheres "esposas" quase proporcional ao número de homens mostra que para a mulher ocupar determinado lugar – no caso a Vila Naval do Recife – é mais através da função de "esposa" e/ou mãe, do que como protagonista da instituição, no caso, mulher militar.

Entre os maridos das militares, diferentemente das mulheres "esposas" de militares, estavam inseridos no mercado formal de trabalho. Das 69 "esposas" dos militares, 43 não desenvolvem atividades fora de casa, cinco são estudantes, e 20 estão inseridas no mercado de trabalho, sendo cinco em trabalhos informais e 15 em trabalhos formais, porém, em sua maioria ligadas ao cuidado ou a atividades administrativas, como professoras (5), enfermeiras (2), secretárias (1), entre outras. Apesar da quantidade de mulheres não inseridas no mercado de trabalho, apenas uma foi classificada como desempregada. Tal observação pode ser explicada no fato de que "o desemprego das mulheres não possui o peso social e político que permitiria chamar atenção" (Rogerat, 2009, p. 52), de modo que esse desemprego não seja considerado, já que o trabalho das mulheres se configura como uma força de trabalho reserva.

Entre as "esposas", apesar de apenas cinco serem consideradas estudantes, também estão matriculadas em instituições privadas e públicas de ensino técnico e superior.: três das 15 "esposas" que trabalham em empregos formais, duas das cinco inseridas no mercado informal de trabalho e seis das "esposas" que exercem apenas atividades no lar. Dos cinco maridos das militares, dois estão inseridos em instituições de nível superior. Tais dados mostram, também, a dificuldade das "esposas" se qualificarem, visto que as "funções do lar" configuram-se como sendo prioritárias para as mulheres.

Apesar de a Marinha oferecer cursos de capacitação aos militares e dependentes, as especificidades das mulheres civis que residem na Vila Naval do Recife não é considerada na oferta

de tais cursos, uma vez que não oferecem creches, escolas ou outros mecanismos de apoio para que essas “esposas” possam, de fato, ser inseridas nesse mercado de trabalho.

A instituição conta com o Departamento Voluntárias Cisne Branco (VCB), um segmento da Marinha sem fins lucrativos, que tem o propósito de contribuir para o bem-estar dos militares e servidores civis da Marinha. Em Pernambuco, a presidente do Departamento é a “esposa" do comandante mais antigo. A presidência dada a esposa com marido de maior prestígio, remete a Cours-Salles (2009), quando afirma que as mulheres quando casadas são classificadas partindo da profissão dos seus companheiros. As Voluntárias de Pernambuco, contam com um número em torno de dez “esposas” e em suas reuniões ensinam umas às outras a fazer artesanato, costura, comidas, conversam sobre as condições e possibilidades de melhoras da Vila Naval do Recife, compartilham experiências a respeito da casa, dos filhos, das mudanças consequentes da movimentação dos maridos, enfim, podem compartilhar momentos de troca e aprendizado.

Como consequência dessas reuniões, muitas se engajaram na confecção de artesanatos para vender, entretanto não entendem a atividade que executam como trabalho e sim, “hobbie”, sendo o “trabalho principal”, o doméstico, ou seja, o dever com os maridos e filhos. Remetendo a Hirata e Kergoat (2007) quando afirmam que o trabalho doméstico é visto como da natureza das mulheres e principal função das mulheres em meio a sociedade à qual estão inseridas.

V. Conclusiones

As mulheres se configuram como importante fonte de trabalho reserva ao modo de produção capitalista, uma vez que, com a divisão sexual do trabalho, são responsáveis pelo trabalho reprodutivo, que possibilita o desenvolvimento do trabalhador que produz; além de ganharem os salários mais baixos quando inseridas no mercado formal (ou informal) de trabalho; e a dupla jornada de trabalho consequente desta inserção. A desigualdade entre os sexos torna-se favorável ao modo de produção capitalista e faz com que tal realidade muitas vezes passe despercebida e seja legitimada, tanto pelo fato dessa visibilidade não interessar ao capitalismo, quanto até mesmo pela dificuldade de acesso a meios de mensuração e convívio com grupos que debatem tais desigualdades.

As Forças Armadas, por historica e culturalmente destacarem-se como espaço masculino, também se configuram como um espaço de dominação dos homens, ao passo que ivisibiliza as mulheres que dele fazem parte, seja enquanto mulheres militares, ou como "esposas" civis de militares. Foi nesse espaço que pudemos detectar discrepâncias e perpetuações de ideias que dão continuidade e legitimam as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, uma vez que em tal âmbito também se reforça a naturalização de atividades pré-determinadas para cada sexo e, com isso, mantém-se a subordinação da mulher no mundo do trabalho (e doméstico). Tal afirmação, se embasa nas respostas às entrevistas, gráficos e constatações obtidas não só pela pesquisa em si, como também pela própria história do acesso das mulheres às Forças Armadas e pela natureza do trabalho que executam: trabalhos socialmente dados como sendo de mulheres. Sendo assim, é importante uma maior reflexão quanto à afirmativa de participação efetiva de mulheres nas Forças Armadas, de modo a contribuir para uma inserção de fato satisfatória no que se refere à uma conquista eficaz de um novo espaço de trabalho para as mulheres. De cargos mais altos, a atividades distintas às socialmente e historicamente designadas às mulheres.

No que se refere às "esposas" dos militares, é importante o investimento não apenas em projetos que capacitem as mulheres dos militares para além das atividades domésticas, artesanais e culturais, mas também deve-se considerar as especificidades das mulheres e suas dificuldades em desligarem-se de atividades vistas como "de obrigação das mulheres" desde que são crianças. As-

sim, para além da oferta de cursos profissionalizantes é importante que a própria instituição se empenhe em desenvolver programas de equidade entre homens e mulheres, como através da oferta de creches ou atividades de lazer para ocupação das crianças, enquanto as mulheres se profissionalizam e/ou trabalham.

Mesmo a desigualdade entre homens e mulheres sendo uma realidade comum às diversas esferas da sociedade, nas Forças Armadas torna-se ainda mais evidente. Existem poucos trabalhos acadêmicos referentes ao assunto principalmente no que se refere as mulheres civis que convivem no âmbito militar, que ao longo do trabalho foram denominadas “esposas” dos militares. Nesse sentido, ao retratar a realidade das mulheres inseridas na Vila Naval do Recife, busca-se denunciar uma condição de subalternidade, e fazer com que as pessoas tenham acesso a forma como realmente ocorre a “inserção” da mulher nas Forças Armadas, além da condição de “esposa” de militar.

VI. Bibliografía

Almeida, M. R. D. (2008) *Batalhas culturais de gênero: A dinâmica das Relações de Poder no Campo Militar Naval.* Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Fluminense.

Castro, C. (1993). *A origem social dos militares: Novos dados para uma antiga discussão*. In: Novos Estudos Cebrap. São Paulo, nº 37.

Castro, C. (2004). *O Espírito Militar: Um antropólogo na caserna.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Cisne, M. (2012). *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. São Paulo: Editora Outras Expressões.

Cours-Salies, P. (2009). *Categorias socioprofissionais.* In: HIRATA, Helena. [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP. p. 30 – 34.

D'Araújo, M. (2004). *Mulheres homossexuais e forças armadas no Brasil*. In CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Org.). Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas.

Gaio, R.; Carvalho, R.; Simões, R. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa: A metodologia em questão.* In: Roberta Gaio (Org). Metodologia de Pesquisa e Produção de Conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes.

Hirata, H. (2010). *Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais*. In: Cadernos de Crítica Feminista, SOS Corpo, Ano III, n°2, p.80-105.

Hirata, H., Kergoat, D. (2007). *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132> Acesso em: 12/02/2016.

Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. IN: 11º Congresso da Associação Francesa de Sociologia (AFS):"Pensar o intricamento dos sistemas de dominação: gênero, classe e raça", Bordeaux. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf >Acesso em: 28/09/2015.

Kergoat, D. (2009). *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. In: HIRATA, H. [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do feminismo. São Paulo: UNESP.

Leal, A; França, M. (2014). *Ensaio da inserção da mulher militar no Brasil. Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito*, n.2, p. 252-264. Disponível em:< http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/20368/11797>. Acesso em: 18/11/2015.

Louro, G. L. (1997). *A emergência do gênero.* In: Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, p. 14-36.

Mathias, S; Adão, C. (2013). *O Mulheres e Vida Militar*. In: Cadernos Adenauer XIV, nº3. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/11289-1442-5-30.pdf. Acesso em: 22/11/2015.

Minayo, M. (org.). (2010). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, (Coleção temas sociais). Resenha.

Rogerat, C. Desemprego. (2009). In: HIRATA, Helena... [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, p. 48- 53.

Rubin, G. (1993). *O Tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo.* Recife: SOS Corpo.

VII. Anexos

Anexo A: Porcentagem de homens e mulheres nas Forças Armadas no Brasil

Fonte:RASEAM,2013.

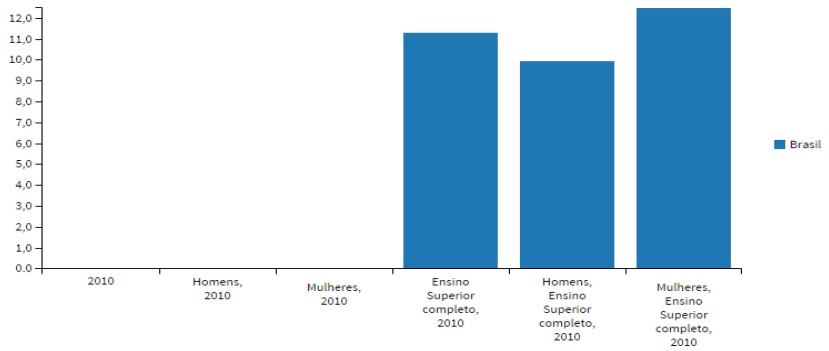
Anexo B: Proporção de pessoas por nível de instrução no Brasil

Tabela - Proporção de pessoas por nível de instrução (%)

Divisões Territoriais	2010	Homens, 2010	Mulheres, 2010	Ensino Superior completo, 2010	Homens, Ensino Superior completo, 2010	Mulheres, Ensino Superior completo, 2010
Brasil	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível	11,3	9,95	12,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

10 resultados por página exportar dados Anterior 1 Próximo



Fonte: IBGE, 2010.